

**24 horas**  
em notícia

**Vitor Crespo regressa de Moçambique**

Regressa a Lisboa de primeira viagem, acompanhado a 21 de Junho por uma delegação portuguesa de Moçambique, o ministro da Defesa Nacional, Vitor Crespo, após 10 dias de missão em Moçambique. Crespo regressa acompanhado por uma delegação portuguesa de Moçambique, liderada pelo general António de Almeida, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

**O Núncio Apostólico protesta**

APROTESTA DA igreja pelo Ministro da Educação, António de Almeida, quanto ao seu discurso em Moçambique, o núncio apostólico em Lisboa, monsenhor Giovanni D'Ercole, declarou que o ministro da Educação não deve ter feito declarações que possam ser interpretadas como uma crítica à Igreja Católica.

**Felicidade Alves no "Anatário Comercial"**

OS DEBATEDORES participaram do Anatário Comercial da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, sob a presidência de Felicidade Alves, presidente do Conselho de Administração da Associação de Estudantes.

**Empréstimo francês de 175000 contos**

SEGUNDO fontes próximas do ministro da Economia, Francisco Sá Carneiro, o Governo português negocia um empréstimo de cerca de 175 mil milhões de francos com o Banco Mundial para a construção de uma estrada de ligação entre Faro e Lagos, com o objetivo de melhorar a rede rodoviária do sul de Portugal.

**Inscrições para "Tiro militar"**

A PROSECUTORIA do crime determinou a realização de tiro militar de defesa pessoal em Lisboa. O tiro será realizado em duas fases: a primeira em 15 de Julho e a segunda em 1 de Agosto. O tiro será realizado em duas fases: a primeira em 15 de Julho e a segunda em 1 de Agosto.

**Próxima substituição de Embaixador em França?**

SEGUNDO fontes próximas do ministro da Economia, Francisco Sá Carneiro, o Governo português negocia a substituição do embaixador em França por um novo representante português.

**Vasco Gonçalves não vai a Évora**

A ADMINISTRAÇÃO da Universidade de Évora decidiu não enviar Vasco Gonçalves a Évora para o cargo de reitor da universidade.



No primeiro número do EXPRESSO

Uma entrevista exclusiva de **JEAN-PAUL BARTRE** de 70 anos, O velho do estorvo. O velho, antigo Secretário de Estado, O homem de 70 anos, O velho do estorvo. O homem de 70 anos, O velho do estorvo.

**Portugal possível candidato ao Comité dos 24**

SEGUNDO fontes próximas do ministro da Economia, Francisco Sá Carneiro, Portugal pode ser considerado um possível candidato ao Comité dos 24.

**C. R. reafirma princípios genéricos da revolução pluralista**

A 13ª COMISSÃO do Conselho de Estado, presidida por C. R. Rodrigues, reafirmou os princípios genéricos da revolução pluralista. A comissão afirmou que a revolução pluralista é um processo contínuo e que o Estado deve garantir a liberdade de expressão e de imprensa.

UMA COMISSÃO do Conselho de Estado, presidida por C. R. Rodrigues, analisou o relatório do Conselho de Estado sobre a situação da economia portuguesa. A comissão afirmou que a situação económica é preocupante e que o Governo deve tomar medidas urgentes para melhorar a situação.

UMA COMISSÃO do Conselho de Estado, presidida por C. R. Rodrigues, analisou o relatório do Conselho de Estado sobre a situação da educação portuguesa. A comissão afirmou que a situação educativa é preocupante e que o Governo deve tomar medidas urgentes para melhorar a situação.

UMA COMISSÃO do Conselho de Estado, presidida por C. R. Rodrigues, analisou o relatório do Conselho de Estado sobre a situação da saúde portuguesa. A comissão afirmou que a situação de saúde é preocupante e que o Governo deve tomar medidas urgentes para melhorar a situação.

**Economia:**  
Exportações e ajuda externa

Construção naval: contrato com a Liria vale 200000 contos

70000 "morteiros 129" para a R. Federal da Alemanha

A 11ª feira de trabalho diria de semana através do rádio e da TV

Agência e Madeira: o regresso de D. Sebastião

Agência e Madeira: o regresso de D. Sebastião

Agência e Madeira: o regresso de D. Sebastião

**M. Soares: "a posição do PS sobre a República é exactamente a mesma"**

A 13ª COMISSÃO do Conselho de Estado, presidida por M. Soares, afirmou que a posição do PS sobre a República é exactamente a mesma. Soares afirmou que o PS mantém os seus princípios e que não há qualquer alteração na sua posição.

A 13ª COMISSÃO do Conselho de Estado, presidida por M. Soares, afirmou que a posição do PS sobre a República é exactamente a mesma. Soares afirmou que o PS mantém os seus princípios e que não há qualquer alteração na sua posição.

**Relatório oficial prevê redução do número de jornais diários**

UM RELATÓRIO elaborado pelo Conselho de Estado prevê a redução do número de jornais diários em Portugal. O relatório afirma que a actual situação é insustentável e que é necessário tomar medidas para reduzir o número de jornais.

**TISSONIC**  
um relógio electrónico  
**TISSOT**



## Vítor Crespo regressa de Moçambique

Regressa a Lisboa na próxima semana, provavelmente a 27, o almirante Vítor Crespo, o qual, como se sabe, desempenhou as funções de alto-comissário português em Moçambique durante o período de transição, fazendo-o com geral agrado, quer do lado moçambicano quer do lado português.

Com ele começaram também a regressar as últimas tropas portuguesas ali estacionadas — quase duas dezenas de milhar de soldados que, segundo os acordos de Lusaka, agora terão que terminar a sua comissão de serviço naquele território.

## O Núncio Apostólico protesta

ANTEONTEM, foi pedida pelo Núncio Apostólico audiência ao Presidente da República, general Costa Gomes e ao Primeiro Ministro, general Vasco Gonçalves.

Segundo fontes bem informadas, ambas as audiências visariam apresentar junto do Governo português os protestos da Santa Sé pelos acontecimentos verificados no Patriarcado, na passada quarta-feira à tarde e noite.

Entretanto, espera-se para breve (talvez já para este fim de semana) a difusão de uma Pastoral Colectiva dos Bispos portugueses, cujo tom deverá ser particularmente vidente.

Lembre-se, aliás, que já a última carta da hierarquia católica portuguesa formulava severas críticas a algumas facetas do processo político em curso.

## Felicidade Alves no "Anuário Comercial"

FOI DESIGNADO Coordenador-Geral do «Anuário Comercial» José da Felicidade Alves, dirigente nacional do MDP, CDE e vereador da Câmara Municipal de Lisboa. O «Anuário» é propriedade da Empresa Nacional de Publicidade, a que pertence também o «Diário de Notícias».

## Empréstimo francês de 175 000 contos

SEGUNDO fontes próximas dos meios financeiros e bancários franceses, a França acaba de conceder a Portugal um empréstimo de cerca de 300 milhões de francos (aproximadamente 175 000 contos) com vista à compra de material francês, que se destina a uma das refinarias da Sacor, no Norte.

## Inscrições para "Treino militar"

A INSCRIÇÃO em cursos destinados a «treino militar» foi aberta em algumas empresas de Lisboa. As listas para o efeito foram afixadas em instituições como o Banco de Fomento Nacional e a Sorefame, tendo, por exemplo, na segunda, provocado dois abaixo-assinados subscritos por centenas de trabalhadores contra aquela iniciativa (aliás não atribuível às Comissões de Gestão das empresas consideradas).

## Próxima substituição de Embaixador em França?

SEGUNDO CÍRCULOS bem informados, próximos do Quai d'Orsay, prevê-se para muito breve a substituição do actual representante diplomático da França em Portugal.

## Vasco Gonçalves não vai a Évora

A ANUNCIADA deslocação do primeiro-ministro Vasco Gonçalves a Évora, para assinalar, no próximo domingo, o início da execução da Reforma Agrária, foi adiada «sine die».

SOARES, Mário

## M. Soares: "a posição do PS sobre a República é exactamente a mesma"

«A POSIÇÃO do meu partido face ao caso República é exactamente a mesma que tomou na conferência de imprensa de há semanas — começou por salientar o dr. Mário Soares, secretário-geral do PS e ministro sem pasta do IV Governo Provisório, quando ontem à tarde se deu a prestar declarações ao EXPRESSO.

Posto a tónica na necessidade de respeitar a posição publicamente assumida pelo Conselho da Revolução relativamente ao «pertinho da rua da Misericórdia», Mário Soares fez questão de reiterar «toda a sua confiança no CR e no presidente Costa Gomes ao mesmo tempo que sublinhava «que a viagem do Presidente da República a França e as suas esclarecedoras palavras sobre o diferendo, não deixavam margem para dúvidas quanto ao perfilhamento da via democrática, pluralista e independente a caminho do socialismo em liberdades.

Dizendo ter «toda a confiança nas correntes progressivas do MFA e no seu espírito altamente patriótico», o líder do Partido Socialista, visivelmente bem disposto, confirmou ao redactor do EXPRESSO que «se não esperasse confiadamente uma saída satisfatória do conflito «República» já teria abandonado o seu gabinete de trabalho em 5. Bento».

Nesta breve troca de impressões com Mário Soares, este vinco bem a posição do seu partido quanto ao «café» «República» esclarecendo que «o PS, ao impor as condições essenciais para que neste país a liberdade de imprensa fosse respeitada, de modo algum punha um ultimato ou uma ameaça aos órgãos hierarquicamente constituídos, mas tão somente pugnavo pela defesa dessa mesma liberdade que o presidente Costa Gomes não se tem cansado de apontar.

Quando à propalada hipó-

tese de uma comissão administrativa vir a ser nomeada para o jornal «República», o dirigente socialista confirmou que «essa hipótese nunca será aceite quer pelos leitores do jornal, quer pela Administração e teppicco pelos socialistas».

«Raul» Rego será o único director que nós avaliaremos e não apertaremos outra qualquer alternativa seja de que tipo for — afirmam-nos Mário Soares, que adiantou ser urgentíssima a solução do caso «porquanto a «República» não vive nem nunca viveu dos avulsos da Egiptado e o prolongar da crise reflectir-se-á, inevitavelmente, na situação económica da empresa.

ENTREJANTO mais uma semana se esgotou sem que, como o EXPRESSO previu no seu último número, o controverso caso «República» viesse encetado o ponto final.

Na entanto verificou-se uma evolução — em certos aspectos. Deste modo:

1. O jornal foi deselgado pelo representante do COPCON, inajoz Arlindo Dias Ferreira, não na segunda-feira às 15 horas, como estava programado, mas às 19 desse mesmo dia. O acto foi simbólico e, segundo o COPCON, destinava-se a «reiterar o direito ao trabalho a todos aqueles labutam na Editorial República, SARL.

2. Na noite desse mesmo dia, as instalações voltaram a ser seladas.

3. Refira-se que a Administração da empresa e a direcção do jornal consideraram «arbitrária, discriminatória e prepotente» a desvelagem do jornal nos moldes em que foi feita, porque, no seu entender, só beneficiaria as pretensões da CCT (Comissão Coordenadora de Trabalhadores), enquanto ultrapassava as da parte contrária.

4. Na terça-feira o caso conheceu mais um dia praticamente morto, embora a exaltação popular, representada nomeadamente por pessoas de coloração PS ou do Partido Socialista afectas, houvesse transbordado o vaso enveredando amidiadas vezes por atitudes atarralárias sintomáticas de um estado de espírito já pouco propício (porque insatisfatório) ao decorrer dos acontecimentos.

5. Na quarta-feira, mais um episódio, algo rombolesco, veio engrossar o já volumoso processo que um dia inevitavelmente se fará de tudo isto: queremos referir-nos à desvelagem (esta parece que definitiva) do edifício aonde tem laborado a «República», ou melhor, ao modo como se procedeu à desvelagem. Assim: a) segundo a Administração, o major Dias Ferreira teria convidado o dr. Gustavo Soromenho a comparecer no local às 11 horas; b) mas às 8 horas já se encontravam no Largo da Misericórdia o grosso dos trabalhadores que apoiam a CCT; c) e seriam umas 8.40 h quando o acto de desvelagem da porta das oficinas se executou; d) deste modo, quando chegaram Gustavo Soromenho, Raul Rego, Vitor Direito, João Gomes, Rui Camacho e o respectivo quadro redactorial, já as instalações se encontravam, objectivamente, em poder da CCT e seus coadjuvantes; e) a Administração negou-se terminantemente a sancionar esta posição.

6) Entretanto os trabalhadores afectos à CCT desde a data definitiva da desvelagem entregaram-se ao trabalho, preparando máquinas e acessórios para a eventualidade da feitura do jornal.

7) No decorrer de quinta-feira, a situação manteve-se em alternâncias dignas de notar, embora seja importante referenciar a crescente efervescência dos populares que, para o cair da tarde, se saldou em confronto directo com pelo menos dois fuzileiros, havendo tro-

cas de murros, cacetadas disparas para o ar, acompanhadas de palavras de ordem hostis aos militares, alcunhadas amidade, de «nova páde».

8) Ontem, o ambiente acalmou notoriamente. Os populares debandaram. As forças militares também. Ficou apenas a PSP. Entretanto, o edifício continuou ocupado pelos trabalhadores subordinados à CCT. A possibilidade da nomeação de militares para os postos-chaves da «República» animava esta facção litigiosa, que se confessou, através de um de seus elementos mais representativos, permanecerem intactos os objectivos de efectivarem um jornal independentemente apartidário de esquerda dirigida aos trabalhadores portugueses.

9. Do outro lado da barreira, a facção solidária com Raul Rego mantém-se intransigente na sua posição inicial e realista que «para a República livre, porque ela é indispensável ao pluralismo da Informação; que doutro modo, e por mais racionais que tentem aparecer, conhecerá de novo o totalitarismo e a monolitização.

10. E chegámos a este impasse de que é possível sair — através de uma de duas vias: 1.ª — Manutenção de Raul Rego e toda a equipa que o avallou; 2.ª — Nomeação de uma equipa militar apoiada pela CCT.

11. Obviamente que qual quer delas é melindrosa. Isso é fora de dúvidas. Resta saber para as autoridades envolvidas nas problemáticas, qual das saídas será a mais airada e menos comprometedora. Crede-se que este fim de semana poderá ser decisivo para o clarificar (definitivo?) de todo este imbróglio que os comunicados em catadupa empalhados pelos jornais e pelas ruas da cidade — quer tenham o timbre da CCT, dos jornalistas da «República», do PS ou outras organizações políticas — não foram capazes de explicar, até porque naturalmente aferido de uma boa dose de parcialidade.

SANTOS, Almeida

## Portugal possível candidato ao Comité dos 24

REUNIU EM LISBOA, durante a passada semana, no hotel Altis, o Comité dos 24, organismo especialmente criado para os problemas que dizem respeito à descolonização. Segundo o dr. Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, «Portugal ainda não se deu verdadeiramente conta do alto e releivante significado desta reunião aqui. O Comité ao escolher não só a Europa, mas o nosso país, para aqui reunir, conagra internacionalmente a nossa política de descolonização. A comunidade das Nações, representada pela ONU, pela OUA e pelo Comité dos 24 está de acordo com o nosso esquema de descolonização.» Para uma troca de impressões sobre diversos temas (a importância desta reunião e a sua projecção nas futuras relações de Portugal com os países de expressão portuguesa e os do Terceiro Mundo, a cimeira angolana, e as perspectivas de independência para Timor), o EXPRESSO ouviu o ministro da Coordenação Interterritorial, que foi também o chefe da delegação portuguesa na reunião dos 24 em Lisboa.

«Embora haja quem não acredite muito nas vantagens das nossas relações com o Terceiro Mundo, a verdade é que ele é um mundo de futuro, rico em maté-

rias-primas, em potencialidades humanas, e sobretudo em potencialidades morais. Para o próprio Comité dos 24, também esta reunião em Lisboa foi importante, na medida em que chamou a atenção, por um lado, para o processo de descolonização portuguesa e isso serve de paradigma porque há muitos territórios que ainda não foram descolonizados; por outro, porque conseguiram da parte da delegação portuguesa algumas declarações que não tinham sido feitas anteriormente, sobretudo um certo ênfase na condenação da política do regime de Smith na Rodésia e da política da África do Sul, na Namíbia.»

EXPRESSO — Portugal foi mais longe do que tinha ido até hoje na condenação dessa política?

A. S. — Sim, fomos um pouco além das posições que tinham sido tomadas antes. Anteriormente, tínhamos limitado a votar algumas resoluções submetidas à votação na ONU, que implicavam a condenação da política do regime de Salisbúria e a presença da África do Sul na Namíbia. Mas não havia uma tomada de posição concreta. Desta vez, saiu uma condenação directa, e parece evidente que não poderia deixar de assim ser, visto que Portugal, para ser con-

Continua pág. 16

# 2500 viaturas preparam deslocação Angola-Tanger

Continuação pag. 1

rente, não pode agora deixar de condonar as outras formas de colonialismo.

**EXPRESSO** — O que há sobre a hipótese de Portugal vir a ser membro do Comité dos 24?

A. S. — É muito provável que o nosso país venha a candidatar-se a membro deste Comité. O nosso primeiro ministro já manifestou esse desejo e o presidente do Comité, Salim, veria com bons olhos o nosso ingresso, o que nos traria uma tribuna, não só para continuar a defesa do nosso processo de descolonização como para ajudar o Comité a completar a descolonização dos territórios, porque a nossa luta contra a descolonização não deve findar aqui.

**EXPRESSO** — O que sabe sobre a Cimeira de Nakuru, onde estão presentes os três presidentes dos Movimentos de Libertação angolanos?

A. S. — Antes de mais, o facto de estarmos à espera do resultado dessa cimeira é um factor de esperança. Se dessa cimeira surgir uma nova plataforma, estou convencido de que isso evitará ou abrandará a sangria das pes-

soas que querem regressar a Portugal.

**EXPRESSO** — Sabe quantos milhares já regressaram?

A. S. — Os regressados não são em grande número. Andarão à roda dos 4 ou 5 milhares; as perspectivas é que não bastante más. Encontram-se inscritos vinte e cinco mil, isto é «fichados» e com talão para se vir a alborar a ficha, mais vinte mil. Para além destes números, encontram-se requisitados, na TAP e na TAG e nas companhias de navegação a diferença para duzentos mil. Mas não se esqueça que tradicionalmente esta época era a escolhida para a vinda à Metrópole de muitas famílias, na ordem dos sessenta ou setenta mil pessoas. É portanto natural que entre estes pedidos se encontrem os que aproveitem o Verão e a circunstância de aquilo estar por lá muito quente, para mandar as suas famílias à Metrópole, o que não significa, portanto, êxodo verdadeiro. Por outro lado, dentre os que já regressaram, uma grande percentagem são mulheres e filhos, porque os chefes de família de um modo geral não vêm. Há também um problema com os caboverdianos, que são em número de

cerca de quarenta mil, dos quais dois mil se dispõem a regressar desde já a Cabo Verde. Isto claro que é um problema, visto que em Cabo Verde não há trabalho nem meios de subsistência para eles, o que faz com que sejam de um problema para além do encontro de outro. Resta dizer, que se encontra em organização uma coluna de viaturas pesadas, formada pelos camionistas de Angola, que em número de dois mil e quinhentas viaturas e três mil e quinhentas pessoas, se preparam para ir de Angola a Vitor. Estou convencido que isto é uma utopia, e que é preciso bloquear este projecto. É uma viagem imensa, por estradas más, e cria problemas de vários ordens na travessia desses países, que não veriam com bons olhos uma fuga de Angola neste momento.

**EXPRESSO** — Voltando à Cimeira...

A. S. — Não possuímos dados oficiais, porque é uma reunião de carácter secreto. O que lhe posso já dizer é que ela tem decorrido em ambiente cordial e de bom entendimento e que há possibilidade da constituição definitiva de um Exército angolano formado por tropas dos três Mov-

mentos, o que já estava de resto implícito no acordo de Alvor mas que nunca chegou a ser posto em prática. Isso é quanto a mim, a base da solução do problema angolano. Outros problemas que se põe desde logo, é o das eleições; embora eu, neste momento, não saiba se terão ou não lugar, considero que seria conveniente que não, porque o clima emocional que precede um acto eleitoral não é muito favorável à paz.

EXPRESSO — Quais seriam, no seu ponto de vista, as outras formas possíveis da legitimação do poder?

A. S. — Um projecto de Constituição plebicitada, ou até não plebicitada em Moçambique, por exemplo, transferimos a soberania directamente para a Frelimo. A estruturação de poder é também complicada, mas se o Exército angolano assegurar a paz, os outros problemas serão menores. Talvez deva ser conjugado um presidencialismo não muito forte com um controlo do executivo — note que isto são tudo hipóteses — através dum assembleia popular, ou instituição do género. O executivo, tal como nós o prevíamos no Alvor, numa solução de tipo colegial, com

presidência rotativa, é muito lógico, mas não realista. O que seria talvez conveniente era girá-lo à base de tecnocratas competentes sem especial formação política, porque doutra maneira o Governo, tal como até aqui, tem poucas probabilidades de funcionar. No entanto, as notícias que nos chegam da circunscrito no sentido, de que não será necessária uma reunião com Portugal, o que equivale a demonstrar que não houve alterações estruturais ao acordo de Alvor.

EXPRESSO — Consta que muito em breve haverá um encontro entre os três partidos de Timor e uma delegação portuguesa. O que nos pode adiantar sobre esta «circunscrito»?

A. S. — Vai efectivamente realizar-se no dia 25 em Macau, um encontro entre uma delegação portuguesa e os partidos de Timor: Apodeti, Frelimo e UTP, para negociação e descolonização de Timor. Isso impede-me de ir a Moçambique, às festas da Independência para as quais fui convidado, mas, na verdade, primeiro está a descolonização, e depois os meus gostos pessoais. É o problema em Timor está-se a complicar, de modo que este en-

contro não pode ser adiado.

EXPRESSO — Por quem composta a delegação portuguesa?

A. S. — Pelo major Vitor Alves pelo secretário de Estado, Jorge Campinos, e por mim. Convidamos os três partidos para estarem presentes, mas a Frelimo ultimamente tem mostrado relutância em comparecer conjuntamente com a Apodeti, embora fosse desejável que comparecessem os três. No entanto não podemos obrigar ninguém a sentar-se à mesma mesa, e como prova da nossa boa vontade, fixámos uma data e vamos lá. Se comparecerem os três, negociaremos com eles, se acordo que será assinado pelo Presidente da República. Se não comparecer qualquer deles, conversaremos com os outros dois, mas não será assinado nenhum acordo, e nesse caso decidiremos unilateralmente a descolonização de Timor através dum Lei Constitucional. Provavelmente, nesse lei, será incluído também o estatuto administrativo de Timor. Assim, juntaremos o esquema de descolonização com o estatuto, respeitando tanto quanto possível, esquemas que foram já objecto de troca de impressões com os 3 partidos.

## O significado de uma (longa) reunião

O CONSELHO da Revolução sentiu a necessidade de prolongar até à madrugada de hoje uma reunião que inicialmente, estava prevista apenas para o último fim de semana.

Este alargamento no tempo significa, entre demais, que os problemas a resolver são muitos e que não é tão fácil como possa parecer chegar a um acordo, quando se trata de lhes encontrar soluções concretas (soluções que não podem ignorar as opções e os temperamentos das pessoas possíveis, ou seja dos dirigentes militares — e civis — que detêm e poder e o partilham com fronteiras nem sempre bem definidas).

Uma coisa, na verdade, é o apaixonante jogo de palavras, outra é a inadiável tomada de consciência da realidade e a (também inadiável) necessidade de tomar medidas. Uma coisa é falar com entusiasmo e sinceridade de revolução, de socialismo, de via original, outra é enfrentar a pressão internacional (não esqueçamos, para além das condições políticas suspensivas quanto ao auxílio europeu ocidental, que Pinheiro de Azevedo se encontra nos Estados Unidos e que a Conferência de Segurança Europeia é já no fim de Julho), a crise económica (que os técnicos não desmentem e os cidadãos começam a sentir), o descontentamento da Igreja Católica, (a qual, mal ou bem, têm ainda grande influência em Portugal), a indisciplina nas ruas, (a que as incipientes organizações populares de base não conseguiram pôr termo), a paralização do ensino secundário e superior, (que impediu uma parte substancial da população escolar portuguesa de estudar durante um ano), a falta de produtividade dos que trabalham, (de que toda a gente se queixa, mas que não melhora), as prisões cheias de indivíduos que não são enviados a tribunal (com evidentes injustiças de permeio), etc.

De nada serve ladear a questão, criando novos slogans, apelando ao sacrifício ou acusando de reacionários e contra-revolucionários os que denunciam a situação, por dever de ofício ou por sentirem que ela os afecta moral ou materialmente.

A situação existe e a única maneira de tentar resolvê-la é encará-la de frente. Não é por acaso que na sua discutida entrevista à R.R. (ver pg 12), Otelo S. de Carvalho afirmou que «vivemos uma situação confusa do ponto de vista político e uma situação económica que não é «brilhante» e se referiu mais adiante a um «clima de instabilidade, de tibieza, de falta de decisão que existe a todos os níveis, de crise de autoridade».

De nada serve também dizer que a culpa é de A, B ou C, dos partidos ou do MFA, dos imperialistas ou dos oportunistas. A culpa é de todos nós que assumimos o processo e não temos sabido encarreirá-lo com respeito pelas opiniões de cada um com vantagens para a comunidade (que o digam as classes mais desfavorecidas) nem procurando puxá-lo para cima («o nivelamento na incompetência seria um dos maiores trunfos da contra-revolução» disse Vitorino Magalhães Godinho, em entrevista ontem publicada no «Diário Popular»).

Pesam no entanto, sobre os ombros do Conselho de Revolução pesadas responsabilidades e este ao decidir repensar a revolução, provou que não as enjelta). A solução de cada problema concreto (e urgente) depende da solução global (e coerente) que for encontrada.

E a solução global que, seja ela qual for, não deverá ser de compromisso, terá de respeitar sempre um aspecto fundamental: os direitos, liberdade e garantias individuais que os portugueses adquiriram com o 25 de Abril e não admitem voltar a perder.

SARAIVA, José António

## Requiem por Manuel Serra funcionário zeloso

**José António Saraiva**

**MANUEL SERRA** (apostando o dedo inquisidor): exige a **legalização do Expresso e do Jornal Novo!** E com este acto Manuel Serra exige, de facto, a colocação da grande imprensa nas mãos do Estado — porque o Expresso e o Jornal Novo são, neste momento, dos últimos jornais de grande circulação independentes do poder económico do Estado. Com este acto Manuel Serra afirma de facto, peremptoriamente, a necessidade da grande imprensa se tornar máquina de propaganda do Estado. Com este acto Manuel Serra nega de facto, tanatativamente, a possibilidade de qualquer crítica ao poder do Estado — porque sem independência económica não existe independência crítica.

Claro que Manuel Serra ergue o braço justiciero sem nome das classes trabalhadoras — simplesmente o que está em causa não são as razões que levam Manuel Serra a fazer isto ou aquilo, mas as consequências que as suas exigências, a tornem-se realidades, teriam. As consequências que para a informação teria a sua posse pelo Estado. Pergunto a Manuel Serra: existe no mundo algum país onde a imprensa, estatizada, esteja «ao serviço das classes trabalhadoras»? A esta pergunta Manuel Serra não poderá responder que sim — a menos que defenda hoje, ao contrário do que até hoje vinha defendendo, que «nas democracias populares (p. ex. na União Soviética, na Hungria, na Alemanha Oriental, na Bélgica, em Cuba, etc.) é o povo que está no poder».

Eu sei: Manuel Serra dirá que lhe interessam pouco experiências históricas anteriores — que aquilo que conta, agora e aqui, é a «originalidade portuguesa». A isso apenas lhe respondo: que todas as experiências, em todos os países, são sempre originais — o que não impediu que o mesmo acto (a estatização da informação) tivesse em todos eles, invariavelmente, as mesmas consequências (a transformação pura e simples da informação em veículo de propaganda e defesa do Estado).

Posto assim o problema, das duas, uma: ou você, Serra, age de má-fé, dispõe-se conscientemente a actuar como bateedor de forças para quem a existência de uma imprensa economicamente independente do Estado, uma imprensa que o Estado não controla, se começa a tornar incômoda porque constitui obstáculo à substituição pura e simples da velha minoria dominante por uma nova minoria dominante no aparelho do Estado, ou então age ingenuamente. Num caso ou no outro, e a fazer-se o que você exige, o seu destino, Manuel Serra, mais cedo ou mais tarde, será sempre o mesmo: o silêncio imposto. Eu explico.

Se um grupo, ou uma classe, para dormir em paz precisa calar pela força as vozes contrárias, então é porque a força do silêncio é definitiva e abandonou.

Se um grupo, ou uma classe, para subir as escadas do poder precisa silenciar as vozes contrárias, então é porque esse grupo, ou essa classe, não tem por si a força da História. E se um grupo, ou uma classe, que não tem por si a força da História, conquista o poder, transforma em inimigos os seus aliados de ontem. Porque são testemunhas dum escalada feita de desconfianças. Porque são cúmplices dum processo que uma vez completado se quer definitivamente esquecido, para sempre enterrado, apagado da História. Ora você, Serra, tornou-se cúmplice desse processo.

A realizar-se o que você exige, você, Manuel Serra, como funcionário zeloso terá, mais cedo ou mais tarde, o seu prémio: o silêncio imposto. Sem recurso. Sem defesa. Porque nessa altura não existirá já os Expressos, ou as Repúblicas, ou os Jornais Novos, não existirá já nenhuma imprensa onde você, Manuel Serra, possa fazer a sua defesa, onde você possa sequer pôr em causa a verdade absoluta do Estado todo-poderoso — essa imprensa que você, pressuroso e cúmplice, ajudou a deitar à fogueira em auto-de-fé solenemente cumprido na praça pública.



## A questão insular

# D. SEBASTIÃO REGRESSA ÀS ILHAS DESENCANTADAS

"EM LISBOA não se percebe nada do que se passa nas ilhas": De Ponta Delgada e Angra ao Funchal, é esta a voz corrente que é possível ouvir em diversos quadras políticas, cada um formulando a seu modo, segundo as respectivas posições, o protesto contra todo o esquema administrativo de burocratismo centralista que, entre outras consequências graves, está a promover a marginalização da Madeira e dos Açores relativamente ao processo revolucionário português.

Mais do que isso: para amplas camadas da população das ilhas, o que se passa em Portugal é qualquer coisa de importante e abstracto como se acontecesse noutro planeta. E do sentimento

do abandono e da frustração das massas populares ao avanço da campanha separatista empreendida pela reacção insular, vai apenas um passo — que já foi dado. Especialmente nos Açores, em que os vínculos profundos que ligam aquele arquipélago aos Estados Unidos está na base de um ampla receptividade aos projectos separatistas pró-americanos. Há cerca de 1 000 000 de açorianos nos EUA e Canadá, enquanto nas ilhas permanecem hoje, apenas 300 000, vivendo geralmente em condições muito difíceis das remessas dos familiares emigrados.

Nessas condições reclamam simplesmente contra o avanço da reacção nas ilhas, como o faz certa esquerda continental — com-

pletamente desfasada das realidades insulares e prisioneiras dos seus esquemas e mitos ideológicos — corresponde, efectivamente, a uma total incapacidade de compreender o que há de concreto e específico na situação açoreana e madeirense. Por outro lado, os próprios erros de acção da esquerda insular — que, em grande parte, não obedeu a sua intervenção política de acordo com uma análise localizada e profunda das realidades e contradições sociais das diversas ilhas — fizeram com que passasse de bandeira para as mãos da direita e até dos meios alibis do imperialismo a capacidade de mobilização do potencial de desencantamento das classes exploradas (mas largamente despolitizadas).

## Uma problemática específica

O processo não é, aliás, original — e tem mesmo muito de comum como que se passou, por exemplo, há alguns anos, na Itália do Sul (os acontecimentos explosivos de Reggio-Calabria) em que os neofascistas instrumentalizaram um levantamento popular, desencadeado a partir de uma disputa regionalista, contra as decisões autoritárias do governo de Roma, no mesmo tempo que a esquerda — também ela prisioneira da "alienação centralista" — se deixava completamente ultrapassar pelo movimento. Só que a problemática das ilhas portuguesas no Atlântico não é uma simples discussão particular da problemática mais vasta das regiões periféricas votadas ao ostracismo e ao atraso, como consequência das "leis" de desenvolvimento desigual do capitalismo. Aqui, a contradição clássica cidade-campo ou regiões industrializadas versus regiões subdesenvolvidas é sensivelmente

agudizada por factores que emprestam à "questão insular" uma indiscutível especificidade. Assim, a problemática de regiões subdesenvolvidas como Trás os Montes ou as Beiras não se coloca nem mesmos termos que caracterizam a situação concreta da Madeira e, sobretudo, dos Açores. Porque, por um lado, a dispersão geográfica, a insularidade, proporcionam, até no plano psicológico, o exacerbamento do regionalismo — que, em determinadas circunstâncias de crise, é uma porta aberta às viragens separatistas. Por outro lado, a Madeira e os Açores, sendo regiões predominantemente rurais foram profundamente tocadas pelo fenómeno emigratório, que veio a pôr em confronto os padrões de vida dos países de destino (especialmente a Venezuela e o Curaçao), no caso da Madeira os Estados Unidos e o Canadá, no

que se refere aos Açores) e os das terras de origem. Além disso, para a Madeira, também zona de turismo, esses termos de comparação, independentemente da sua falta de rigor puderam ser estabelecidos em directo, perante os próprios estrangeiros e visitantes. Quanto aos Açores, a zona das Lajes, na ilha Terceira — onde vivem ainda hoje alguns milhares de americanos — funciona como uma espécie de ghetto privilegiado em que o "american way of life" contrasta, em directo também, com a pobreza das populações circundantes. A atracção produzida pelos artifícios das sociedades de consumo é um factor propício ao desenvolvimento de um sentimento de frustração entre as populações insulares marginalizadas. Os americanos das Lajes passaram-se pela Terceira nos seus enormes Ford's que desafiavam arrogantemente a desolação da paisagem.

## A miragem das Lajes

"Há anos atrás — diz-nos um acozado da Terceira que nos acompanhou numa visita rápida à base americana — nós guardávamos cuidadosamente as próprias lâminas e cremes de barbear que comprávamos nos armazéns americanos das Lajes. Depois veio o tempo das máquinas de barbear eléctrica, e o tempo dos transistores, as telefonias, e todos esses complicados aparelhos para ouvir música e tocar discos, os próprios serviços de loques pizex — tudo isso não cobriávamos, procurávamos algum que tivesse possibilidade de nos comprar. Sem falar em todo o género de produtos, as garrafas de whisky a 90000, todas essas coisas seduzidas que se podiam comprar barato, muito mais barato, inimaginavelmente mais barato do que na própria América. E a América traí-lo, e ora também o que os nossos emigrantes nos diziam dela. Os emigrantes que, além disso, castigavam o dinheiro para as suas famílias".

O contágio das Lajes é, de facto, um verdadeiro símbolo. Um contágio que se estende à própria zona portuguesa das Lajes, onde até o modelo das habitações é um espelho da sociedade de classes: oficiais em sociedade, com loque "americanizado", sargentos em pequenas casas de estilo salazariano feitas em trabalhadores civis da base habitando em blocos também em série cobertos de folhas de zinco. A influência yankee estende-se assim às Forças Armadas portuguesas estacionadas na base: não há um clube de convívio comum, os

oficiais mantêm o seu, enquanto os sargentos têm um pavilhão em construção. Os trabalhadores civis, esperam.

Por outro lado, o pequeno mundo da base americana não há apenas um circuito de TV à assinatura, também ele, uma fronteira (mas dentro da qual cabem ainda os portugueses da base). Se o pessoal civil é português, tudo ou quase tudo está à marca yankee. Portugueses trocam dólares entre si para se poderem servir do self-service da base, onde a cozinha é, evidentemente, americana.

A única moeda em circulação é, de resto, o dólar.

"Não podemos hostilizar os americanos — diz-nos um trabalhador português da base, simpatizante do PS — se eles se vão embora, muita gente será lançada ao desemprego. E o que é que há para substituir os postos de trabalho que deturbarão de existir se isso acontecer? Por outro lado, os acozados ganham melhor aqui do que em qualquer outro sítio. Além disso, há toda a emigração acenada para a América, não há acozados que não tenham um parente próximo ou afastado no outro lado do Atlântico. Há três vezes mais acozados lá fora do que nas ilhas. As famílias recebem cartas, notícias, os seus pontos de referência são frequentemente mais americanos do que portugueses." Entretanto, há os que protestam contra o servilismo que são obrigados. Outros trabalhadores falam de humilhação constante que têm de suportar no

dia a dia. "Não somos criados deles — conlássam-nos".

"E não os deturamos, que agradeçam o favor que nos fazem em nos deturarem ser logo mesmo". Criados, lambe botas dos americanos. Dizemos sim senhor, muito obrigado! E não temos por onde moobrar".

De qualquer forma, a realidade é esta: ser-se anti-americano nos Açores é uma posição manifestamente impopular e que pode, mesmo, desencadear uma agressiva hostilidade. Militantes da esquerda, na Terceira — a ilha que, apesar de tudo, é de longe a mais politizada dos Açores — referem a delicadeza extrema de que se tem de revestir o trabalho político junto das populações. "Um dos grandes erros — que a esquerda praticou nos Açores e, especialmente, em S. Miguel, foi não ser compreendido que tomar posições abertamente hostis aos americanos é em absoluto contraproducente e nefasto para uma actividade de consciencialização política das massas populares que, nessas condições, se viram rejeitadamente para a direita. Para avançar no trabalho de politização, é absolutamente necessário ter-se sempre presente esta realidade, medir bem os passos que damos, desmistificar gradualmente os mitos da sociedade americana, sensibilizar as pessoas para a questão do imperialismo e das suas dependências. Nem certo sentido, os Açores são a zona do país que mais dificuldades oferece à actividade da esquerda e, sobretudo, da esquerda que põe em questão as posições reformistas".

## O desespero de esperar

Com eleição, assim é. E a observação mais superficial, mais localizada, é suficiente para mostrar que qualquer passo em falso pode custar tremendamente caro à conquista das populações para a revolução. Mobilização que, no entanto, se vê quase completamente desamparada, desprovida de apoio por parte do poder central ou das Forças Armadas do continente. Na Terceira, militantes ligados à experiência da Cooperativa Sestante estrangulada pelo fascismo — lançaram-se, recorrendo precisamente aos seus próprios meios, em novas, iniciativas que, pelo seu carácter concreto e exemplar, possam efectivamente despertar a adesão e a participação popular. Entre os animadores, elementos do clero

progressista desempenham um papel fundamental. A dilusão das experiências de cooperativismo, o trabalho de informação e de dinamização dos pontos de inserção desta actividade — que parece não ter paralelo. Noutras zonas dos Açores "diz-se o que se dizer — acozados um desses animadores — nas zonas mais atrasadas do país a contribuição dos padres progressistas é indispensável ao avanço da revolução. Nessas zonas, a conjugação da actividade dos padres progressistas com os oficiais revolucionários do MFA é um ponto essencial para que o processo alastre através das regiões menos politizadas e mais deprimidas de Portugal, como é o caso das ilhas. Só que não bastam palavras, não basta falar às populações de uma revolução em

abstracto, é preciso que apareçam coisas concretas, coisas que respondam às aspirações e necessidades das massas populares. As palavras não despertam ainda o esperar e viram-se para o príncipe Sebastião salvador que aparece".

Revolução em abstracto... no fundo, o problema essencial reside aí mesmo. E se a revolução em concreto pode despertar ainda em projecto para os sectores mais politizados das massas populares, já para aqueles que só acreditam depois de ver (e com razões de moeta para desconfiar das abstracções) e condições prioritárias para a sua mobilização é que, efectivamente, a revolução se comece a fazer, que a revolução se veja com os olhos, se toque com as mãos, se compreenda com a cabeça, e se sinta com o coração.

## A revolução longínqua

O que, na Madeira e nos Açores, está longe, muito longe de acontecer. E, quanto mais a revolução está longe, e, mais do que isso, carregada de ameaças e de mitos, à volta com o espectro do comunismo assustador, mais D. Sebastião está perto. Porque nas ilhas desencantadas do Atlântico o que despenha já no horizonte, pela mão oportunista da burguesia tentadora, é uma nova versão do fantasma do desejado. Nos Açores toma a forma da América providencial que lá longe dá de comer a 1 000 000 de emigrantes e aqui dentro desliza as frustrações com a miragem das lajes (entre outras miragens...). Na Madeira a miragem será mais bulda e imprecisa, mais distante também — mas, de qualquer modo, poderá tomar corpo nalgum modelo estrangeiro da região: os tais modelos que o turismo faz circular.

À força de se verem isoladas, emparedadas pelo mar por todos os lados, viradas para dentro de si próprias e das suas frustrações, as ilhas (os Açores muito em particular) tendem a perder os seus pontos de referência nacionais, a sua entidade como parcelas de um mesmo corpo populacional e cultural. Daí a defesa do autonomismo, não como expressão de um poder popular regional — articulado, por sua vez, com outros poderes regionais, vinculado a uma coordenação central — mas já como ilusão independentista, vai apenas um passo. Sobrejeto nas terras que, como os Açores, foram experimentando, ao longo dos tempos, um processo de desagregação das suas características culturais e nacionais à medida que, entretanto, o vírus da colonização estrangeira se introduzia no seu corpo sem defesa. Quando chegámos aos Açores, o

aeroporto de Santa Maria — uma ilha que é das expressões mais discernidas de desolação e abandono — o primeiro homem com quem falámos, um motorista de táxi, perguntou-nos depois de uma cuidadosa introdução: "O senhor que é madeirense, que é ilhéu também como nós, não acha que devemos ser independentes, que as ilhas devem conquistar a independência?"

Objeção: "Não acha que não temos possibilidades para isso. Que desejáramos de ser portugueses para passarmos a ser criados dos americanos?" Resposta: "Mas onde lá que os americanos, pelo menos, têm dinheiro e os portugueses estão sem". Na Madeira, uma das inscrições recentemente pintadas nas paredes da zona hoteleira do Funchal dizia por seu lado: "Portugal está sem. Viva a independência com dividas estrangeiras".

# Onde começa o MAPA...

4

A 10 de Julho de 1974, a Newsweek noticiava que o M. A. P. A. pedira auxílio económico e político a Washington. Nasceu em S. Miguel, a maior e mais populosa ilha açoreana (e onde também se assaiou a sobrevivência quase intacta de uma estrutura fundiária tipicamente feudal, à manutenção do domínio de grandes senhoros das terras e ao peso quase asfáltico de um imobiliário secular), o primeiro (e principal) movimento autonomista nascido nas ilhas depois do 25 de Abril (já estender ramificações através dos Açores — tocando especialmente a Terceira — e chegará mesmo a despertar a "sensibilidade" ainda adormecida dos separatistas madeirenses com quem passa e estabelece contactos. Como base social do M. A. P. A., segundo tudo indica, está a grande burguesia latifundiária mizelense, aliada com os estratos típicos da média e pequena burguesia insulares; um pretendendo manter inviolável o seu mundo parado no tempo como forma de perpetuar a linguagem dos privilégios, outros às voltas com a progressiva sufocação de actividades do comércio (ou outras) puramente parasitárias. Todos porém, recendo pelo "plano". A esta burguesia açoreana profundamente imobilista e retrógrada corresponde o relativo dinamismo das classes médias madeirenses que, tendo jogado (e perdido) a cartada do turismo, por empirismo de iniciativa e incapacidade económica para "jogar em grande" e a fundo, sem recorrer à apoia estorvos que acabaram por falhar também, se viram, por sua vez, acusados pelos estrangulamentos do crédito, a ruína dos empreendimentos e... o medo do comunismo. Daí também os olhares gulosos lançados para o exterior à espera da salvação vinda dos que têm, podem e mandam neste mundo. De qualquer modo, a unidade e uma unidade de fortíssimos contrastes que se espalham na própria imagem oferecida pelas capitais dos ditritos. Enquanto Ponta Delgada e Angra do Heroísmo (belíssima cidadezinha, onde D. João IV poderia desembarcar ainda hoje sem encontrar grandes diferenças da Angra da insurreição liberal) são centros urbanos onde o tempo parece detido, cristalizado há "muitos e longos anos", o Funchal (a uma das cidades portuguesas de província mais cosmopolitas e de vida mais intensa. É a própria densidade demográfica da Madeira — que se mantém elevada apesar da emigração — confronta-se com o acentuado despojavação que os Açores foram sofrendo ao longo do tempo. Além disso, não são comparadas as relativas facilidades de comunicação e transportes entre a Madeira e o Continente e o dramático isolamento dos Açores.

Entretanto, as actividades do M. A. P. A. geram a resposta da

esquerda mizelense. Em fins de Dezembro passado, uma manifestação popular "anti-separatista" terminou na destruição da sede do Movimento. A 11 de Março, nova manifestação culmina em nova invasão. Os próprios Mapistas entregam as chaves da sede às autoridades militares.

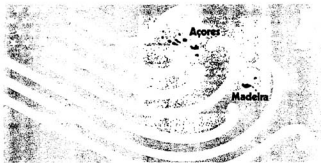
Legalizado, o M. A. P. A. teria continuado a actuar, porém, enquanto expressão pública organizada, segundo alguns observadores, através do CDS e contando com o apoio tácito do FPD que, num projecto de autonomia para os Açores — traduzido numa ampla desvinculação, até ao plano legislativo, relativamente ao continente — se identifica com algumas teses Mapistas. Finalmente, depois das eleições para a Constituinte, o MAPA tenta regressar de novo à luz do dia. Malgrado isto, a intervenção mizelense confirma-se nas autoridades. E então que surge a FLA (Frente de Libertação dos Açores) como variante clandestina do primitivo MAPA. A reivindicação de pré-independência aparece então já expressa publicamente como parte da estratégia da organização, que obedecerá a três fases em crescendo: inscrições nas paróquias; distribuição de panfletos; terrorismo selectivo.

Mas o M. A. P. A. não fará sobretudo fumo e muito pouco fogo?

A promoção dos separatistas não teria sido feita em grande parte pelos militantes de certas organizações de esquerda escassamente implantadas nos Açores, que, ampliando desmesuradamente a importância efectiva do M. A. P. A. e da F. L. A., estariam a criar um clima artificial de modo a conduzir à repressão dos seus adversários políticos em nome da luta contra a reacção, reforçando entretanto as suas próprias posições do aparelho administrativo local — o que, por outra via, não conseguiriam? Se esta explicação pode apresentar, com efeito, alguma verosimilhança, há um facto que, por outro lado a ultrapassa: o de que, como elementos das mais diversas correntes políticas reconhecidas, a reacção separatista teve S. Miguel na mão, na sequência da manifestação de há duas semanas em Ponta Delgada. Além disso, sabe-se que elementos com ligações profundas ao fascismo se vinham reunindo semanalmente e há mesmo fortes suspeitas de que efectuaram encontros com autoridades militares americanas. Por outro lado, há elementos que indicam ter estado em preparação uma manifestação dos trabalhadores portugueses ao serviço das autoridades americanas, que poderia vir a ser utilizada como uma demonstração de adesão um projecto de "americanização" do arquipélago. Nessas condições, impõe-se, segundo observadores



terceirenses, um controlo apertado dos meios aéreos militares existentes nas instalações americanas e dos aviões que diariamente passam pelas Lages.



## Raízes do separatismo

Um pequeno semanário açoreano, o TRABALHADOR, editado na Terceira por iniciativa de um colectivo que reúne católicos progressistas e militantes de esquerda (para quê, é de facto, o único que nos Açores se destaca do conjunto de indiscutíveis folhascacianas à século XIX e constitui a imprensa local) inseriu recentemente um interessante artigo de análise histórica dos movimentos separatistas surgidos no arquipélago ao longo dos tempos, interpretando-os como tentativas de resposta sistemática da burguesia ao ascenso das lutas populares aumentavam — escreve-se

no artigo — mais os exploradores viam os seus privilégios ameaçados e aspiravam à "autonomia" que lhes permitisse continuar a intrusificar a sua exploração. "As libras (...) não podem ser regidas pelas mesmas leis que se fazem para o continente do reino (...), devem ser regidas por leis especiais" — era assim que em 1899 se expressava um dos órgãos locais defensores da "autonomia" dos Açores.

"Com estas "leis especiais" — prossegue o artigo —, com esta "autonomia" pretendia a burguesia uma maior exploração e repressão sobre o povo, passando a ter mão no controlo das lutas populares. Esta era a tábuca de

salvação para o capitalismo e para a burguesia açoreana, de modo a esbarrarem os bolos em detrimento do proletariado e dos camponeses pobres".

E concretizando: "Assim, entre 1881 e 1912, período de 31 anos, em que houve 17 revoltas, tumultos e insurreições populares, se inicia também o movimento de autonomia de 1893". Também entre 1920 e 1930, período de 10 anos apenas, houve 7 revoltas, onde se destacaram os camponeses pobres e em que pela primeira vez na história açoreana, os estudantes se colocaram ao lado do povo, fazendo frente à polícia fascista de Ponta Delgada. E também

neste período que o imperialismo americano passa a financiar a propagação da "autonomia" dos Açores.

Hoje, após o 25 de Abril, com o derrube do regime fascista, aparece-nos o MAPA, Representando a alta burguesia fascista de mãos dadas com o imperialismo americano tentando a todo o custo a "autonomia" para os Açores. Estas aspirações de "autonomia" seguem pela a linha política do movimento autonomista de 1893. Isto é, continuam a representar a capacidade de resposta da burguesia às lutas populares contra o fascismo e contra a exploração capitalista".

## Uma nova MAFIA?

A aliança de classes em que assenta o separatismo açoriano e as suas bases de sustentação internas (essencialmente a grande burguesia latifundiária) e externas (as colónias de açorianos emigrados nos EUA) lembram salvguardadas todas as distâncias, o esquema da MAFIA, embora funcionando em sentido e com objectivos substancialmente diversos. Por outro lado, resta saber qual o seu plano efectivo — de MAFIA/FLA e as hipóteses reais da sua transformação em sociedade secreta armada. Como poderiam indicar os acontecimentos recentes. De qualquer modo se há de facto um núcleo relativamente organizado e poderoso — como expressão característica de determinados interesses da classe do separatismo insular — é no MAPA/FLA que se encontra. Outras "siglas" que circulam nos Açores e entre a colónia emigrada nos Estados Unidos (MIA, FRIA, etc.) ou constituem apenas manobras de diversão dos próprios mapistas, ou não passam de expressões da megalomania quizesca de pequenos grupos ou até de indivíduos isolados. O que nas ilhas é, de resto, frequente acontecer. Na Madeira, por exemplo, praticamente um único indivíduo "anima" um punhado de organizações fantasmagóricas (o RUMA, "partido metalista", "Junta Revolucionária da Madeira" e outras siglas não menos pitorescas) com vago sabor a clandestinidade que, por vezes, levam certos jornais lisboetas, totalmente alheios da realidade insular e tomando a nuvem por Juno, a lhes fazerem a mais ridícula das publicidades (que a outra coisa não aspiram certos maníacos do "autonomismo" ...).

Dito isto, é indiscutível que o aparecimento de uma simples sigla numa parede do Funchal ou de Ponta Delgada pode gerar por si só um clima de especulações e de emotividade que, em Lisboa, seria

quase impensável. Ora, no momento de depressão profunda e instabilidade em que vivem as ilhas portuguesas do Atlântico, o mais pequeno "slogan" tende a ampliar-se mesmo muito para além do efeito exagerado que correntemente já teria dentro dos limites mais ou menos fechados e opressivos (mas nos Açores, bastante menos na Madeira) do mundo insular. É daí que pode nascer o perigo real: a possibilidade de sensibilizar fortemente uma opinião pública desarmada (por falta de informação, por marginalização, por estrano político) e arrastá-la atrás de mitos a que tende necessariamente a agarrar-se como tábuas de salvação. Em suma: o campo ideal para as operações dos pescadores de águas turvas onde o imperialismo também espera jogando na "estratégia de atenção". A Madeira e os Açores seriam a fatia do bolo que caberia ao imperialismo americano numa eventual divisão de influências negociada entre as superpotências a propósito de Portugal, com vista a evitar choques frontais que poderiam pôr em causa a aproximação soviético-americana? Os rumores a este respeito não surgem isoladamente.

Em todo o caso, o campo de manobra da direita insular não é apenas — e, em muitos casos, não será principalmente — o do separatismo. Numa evidente demonstração de força, o Bligo do Funchal, Francisco Santana, de que são conhecidas ligações profundas a Teixeira, fez de uma missão campal realizada há dias no Estádio dos Barreiros e pretextou uma manifestação cujo sentido político não passou despercebido: o de que a Igreja tem uma palavra a dizer e novo regime português não poderá deixar de ouvi-la... Mas tudo indica que esta manifestação de reaccionarismo eclesialístico é apenas um motivo de ariso para a ofensiva aberta das forças conservadoras madeirenses que

estariam a preparar activamente uma manifestação de apoio ao governador da Madeira, brigadeiro Assedeo, cujas tomadas de posição em diversas ocasiões têm sido apontadas como estímulos objectivos a essa ofensiva. Ora, quer nos Açores, quer na Madeira, as Forças Armadas parecem efectivamente à margem do processo revolucionário: não só por uma questão de falta de sazonamento dos quadros, mas especialmente pela ausência de um trabalho político no interior das unidades militares, que, de resto, e no caso concreto da Madeira, tem vindo a ser boicotado sob pretextos vários por alguns responsáveis. A nível de oficiais, a hesitação e apatia daqueles que poderiam desempenhar um papel progressista coexistem com a ambiguidade e sinuosidade do comportamento de outros, peritos em manobras de gabinete para manter posições ou não fazer ondas. Nestas circunstâncias, os elementos claramente reaccionários, podem, de facto, assegurar as rédeas dos acontecimentos.

Só que esta situação — tal como muitas outras — não pode ser solucionada através de medidas tipo administrativo, que, de resto, no caso dos Açores, seriam absolutamente contraproducentes, devido à indiscutível popularidade que o Governador militar do

arquipélago, general Altino de Magalhães, desfruta entre oficiais e soldados. O que parece claro é que a falta de quadros de militares progressistas e interventivos no trabalho militante de politização dos efectivos das unidades e nas actividades de dinamização junto das populações está a criar uma situação que, a breve prazo, escapará ao controlo do MFA, com todas as consequências que facilmente se adivinham.

Põe-se, por outro lado, o problema da estrutura administrativa das ilhas que, pela sua estroante organicidade burocrática, para além da própria capacidade ou incapacidade dos indivíduos colocados nos postos de governação, reduz, quanto muito, a sua acção a intervenções de emergência para acudir aos "fogos" que irrompem de todo o lado, deixando estretamento, praticamente intactas as causas profundas das situações de crise. Além disso, a inexistência de um departamento de coordenação dos assuntos insulares a nível do poder central, articulado com os governos regionais, obriga a verdadeiras peregrinações pelos ministérios por parte dos responsáveis da administração das ilhas que pretendem ver resolvidos certos problemas mais agudos.

Com efeito, a sobrevivência do sistema administrativo fascista — constitui um reflexo particular e

agudizado da manutenção do próprio aparelho de estado burguês — é uma realidade que se sente ainda profundamente na provincia e, em particular, nos chamados distritos autónomos insulares. Ora, não é através da constituição de novos organismos burocráticos, como são as Juntas de Planeamento (de resto, quase completamente desprovidas de estruturas de apoio em quadros técnicos e políticos, a viradas para um trabalho essencialmente de gabinete), que se superará o impasse actual. O problema que se põe, desde já, é o da própria liquidação do aparelho administrativo e burocrático vigente e a sua substituição por órgãos do poder popular a todos os níveis — o que constitui uma opção revolucionária de fundo.

Tudo isto se liga finalmente, a uma problemática mais decisiva: o avanço da revolução socialista e da transformação radical das estruturas económicas e sociais questão que, nas ilhas, assume aspectos particularmente complexos e delicados mas que só poderá ser encarada a partir de organização revolucionária das massas populares e da sua participação directa e activa nas mudanças a empreender. Porque só assim se alistarão de vez os fantasmas, velhos ou novos, do sebastianismo.